§ 2.º Em igualdade de valorização será motivo de preferência, por sua ordem:

Ó curso complementar de comércio;
A média mais elevada do curso;
Mais tempo de serviço prestado ao Estado;
Maior idade.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1934.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveteira Salazar.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

2.ª Repartição

Portaria n.º 7:821

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 13.º e seu § 1.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, rejeitar o § único do artigo 1.º do diploma legislativo n.º 13 da colónia de Timor, publicado no *Boletim Oficial* n.º 6, de 10 de Fevereiro último, por violar o disposto no n.º 3.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica do Império.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Timor.

Ministério das Colónias, 15 de Maio de 1934.— O Ministro das Colónias, *Armindo Rodrigues Monteiro.*

Portaria n.º 7:822

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 13.º e seu § 1.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, rejeitar o diploma legislativo n.º 368 da colónia de Macau, publicado no *Boletim Oficial* n.º 8, de 24 de Fevereiro último, por violação do n.º 3.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica do Império.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Macau.

Ministério das Colónias, 15 de Maio de 1934.— O Ministro das Colónias, *Armindo Rodrigues Monteiro.*

Repartição de Contabilidade das Colónias

Decreto n.º 23:857

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É transferida do n.º 4) do artigo 13.º do capítulo 4.º do orçamento da Agência Geral das Colónias para o corrente ano económico, sob a rubrica «Publicações de estatísticas e propaganda, segundo o plano a estabelecer pelo Ministro das Colónias», a quantia de 5.000\$ para o n.º 2) do artigo 4.º do capítulo 2.º, sob a rubrica «Despesas de composição, impressão e outras da folha de serviços referida no artigo 151.º da Reforma Administrativa Ultramarina».

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1934.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Armindo Rodrigues Monteiro.*